

Polícia Civil deve continuar parada

DF

Os policiais civis decidem hoje, às 16h, em assembléia em frente ao Palácio do Buriti, o destino da greve da categoria. E pelo andar da caruagem tudo indica que a população vai continuar sem o atendimento de 70% do quadro da Polícia Civil.

Durante todo o dia de ontem não houve avanço nas negociações entre governo e representantes dos policiais. A pauta de reivindicações dos grevistas é extensa. Eles querem o pagamento e o aumento de R\$ 4,50 para R\$ 12 do tíquete- alimentação, cortado desde janeiro de 1996.

Também pedem equiparação salarial entre policiais que ingressaram na carreira depois de 1996 e os mais antigos. "Há casos em que essa diferença chega a R\$ 400", sustenta a Joana Isacksson, secretária-geral do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol).

As outras reivindicações são o pagamento retroativo de adicional noturno aos policiais que trabalham no turno das 22h às 5h e recebimento da Gratificação por Operações Especiais (GOE). "O adicional noturno é devido desde 1992 e faz um ano e meio que a direção da Polícia Civil diz que está calculando", diz Joana.

O secretário de Segurança Públi-

ca, Roberto Aguiar, pelo menos por enquanto, continua irredutível. "Estou esperando que eles (representantes dos policiais) nos procurem para conversar. Até agora não demonstraram interesse", sustenta Aguiar, que classificou a greve como de "interesse político e escuso". O presidente do Sinpol, Hugo de Souza Filho, rebate: "Esperamos ser chamados pelo governo."

Aguiar contestou o não-atendimento das reivindicações, garantindo que todos os direitos dos policiais civis foram reconhecidos. "Estamos em fase adiantada as negociações relativas à GOE (Gratificação de Operações Especiais), com parecer favorável da Procuradoria da Fazenda que será entregue ao ministro da Fazenda, Pedro Malan.", diz.

Há ainda o compromisso do governo de equiparação do salário dos policiais, na folha de pagamento do mês de julho, nos mesmos moldes da Polícia Federal. O auxílio-alimentação, diz Aguiar, também será implantado ainda este mês em folha suplementar.

Os cálculos para o pagamento do adicional noturno, segundo o secretário de Segurança, já estão sendo processados e revistos. "Estamos tentando viabilizar esse pagamento em gru-

pos de 200 servidores a cada mês, por ordem de entrada dos 1.800 pedidos que temos até dezembro", garante.

Já prevendo as dificuldades que vai enfrentar com apenas 30% do total de policiais em serviço, o diretor da Polícia Civil, Teodoro Rodrigues, montou esquema especial de atendimento. Trinta delegados, um a cada dia, ficarão de plantão no Centro de Comunicações da Polícia Civil (Cepol) para atender qualquer tipo de problema em delegacias e nas demais unidades da Polícia Civil.

A Central de Flagrantes (Ceflag) também funcionará normalmente 24 horas por dia no prédio da Direção Geral da Polícia Civil, no Parque da Cidade.

SÓ CASOS GRAVES

O que se viu no segundo dia de greve foi uma reprise do que ocorreu na quarta-feira, dia em que o movimento foi deflagrado. As delegacias da Coordenação de Polícia Especializada (CPE) não funcionaram e as delegacias circunscricionais — que ficam nas cidades — só registraram ocorrências de maior gravidade, como homicídios, roubos e estupros.

Na CPE, as visitas aos presos foram canceladas por motivos de se-

gurança, já que não havia policiais suficientes para vigilância da carceragem. A medida causou indignação entre familiares dos detentos. "Eles podem fazer a greve, mas não cortar as visitas. É um direito dos presos", reclamou Maria Amélia Silva, 48 anos, que foi à CPE entregar um colchão ao marido preso.

Caso o impasse entre governo e policiais persista, a visita aos presos do Complexo Penitenciário da Papuda, no próximo final de semana, pode se tornar uma grande dor de cabeça para o governo.

Amparados por uma liminar concedida pela Justiça durante a primeira greve da categoria, em março deste ano, os policiais querem impedir o acesso de familiares dos detentos à Papuda. A liminar, que ainda não foi julgada pelo Tribunal de Justiça do DF, impede que a PM exerça funções da Polícia Civil.

"No sábado e domingo estaremos na Papuda para conscientizar a população do risco de entrar no presídio", diz o presidente do Sinpol, referindo-se à idéia de se colocar PMs para acompanhar a visita. Aguiar diz que está "estudando" que tipo de medida vai tomar para garantir as visitas.